



## **Conselho Municipal da Mulher**

Lei Municipal Nº 7.235, de 14 de Dezembro de 2011

### **Ata da Reunião do Dia 11/10/2017**

Aos onze dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às 19:00 horas, deu-se a reunião ordinária do Conselho Municipal da Mulher no anexo da Câmara Municipal, estiveram presentes as Conselheiras Aldelize do Nascimento, Mayra Monteiro, Pâmela C. Oliveira, Laura Queiroz, Graziela Tozin, Terezinha Altarugio, Regina H. Santos, Liliante Colina e Cássia Del Tio. Justificaram ausência as conselheiras Valéria Capis, Patricia F. Ladwug, Leila Motta, Aracy Lovanini, Janete Sanches, Maria Clarete Silva, Karen Nalin, Ursula Oliveira, Savana Fernandes e Liliane Sartori. A presidente Laura deu início à reunião no horário agendado, apresentando a ata da reunião anterior para aprovação e assinatura e em seguida passou aos informes do dia. O Conselho da Mulher recebeu convite para participar do evento Fórmula Inter a ser realizado nos dias 28 e 29 de outubro. Os organizadores do evento inicialmente procuraram o gabinete da vereadora Nancy Thame para expor as ideias e disseram querer realizar alguma ação feminina, onde a vereadora indicou o Conselho Municipal da Mulher; o Conselho da Mulher Empresária da ACIPI também foi citado e será convidado. A ideia do evento é trazer diversas atividades esportivas e culturais durante os dois dias de realização com a corrida automobilística, apresentações musicais, espaço gastronômico, área infantil, entre outros e que então os coletivos femininos da cidade possam estar presentes com alguma ação. Haverá uma reunião na ACIPI dia 16 de outubro às 14:00 a fim de organizar o que o Conselho da Mulher juntamente com o Conselho da Mulher Empresária da ACIPI podem desenvolver. Laura será acompanhada das conselheiras Aldelize e Terezinha. A presidente Laura relata que em conversa com a vice presidente Leila, sugeriu a possibilidade de confecção de um banner a partir de patrocínio do CONESPI a fim de dar maior visibilidade à ação e que este mesmo banner será utilizado em outros eventos nos quais o Conselho estiver presente como a Caminhada do Outubro Rosa a ser realizada no próximo dia 22 de outubro no Parque da Rua do Porto. A conselheira Aldelize diz que a partir de 2018 devemos cobrar da prefeitura estes recursos financeiros, uma vez que será destinado um valor a para as ações dos conselhos. Outro informe refere-se à reunião convocada pela Defensoria Pública para a organização do Seminário sobre Educação e Gênero a ser realizado no dia 30 de novembro, apresentado pelas Marias de Luta na reunião anterior e que fará parte da programação dos “16 dias de ativismo” proposto pela Câmara Municipal de Vereadores, a partir do gabinete da vereadora Nancy Thame. A reunião foi agendada para o dia 16 ou 18 de outubro, com horário entre 17:00 ou 17:30 horas. Laura pede a colaboração de todas conselheiras para acompanhá-la nas reuniões nas quais o conselho é convidado a fim de não sobrecarregar sempre as mesmas pessoas. O Conselho posicionou-se favorável a realização desta reunião no dia 18 às 17:30 horas e desta forma Laura estará



## **Conselho Municipal da Mulher**

Lei Municipal Nº 7.235, de 14 de Dezembro de 2011

acompanhada pelas conselheiras Terezinha e Pamela. Como sugestão de palestrantes, Laura cita o nome de uma Juíza de Santo André/SP, que fez uma fala excelente durante evento no Ministério Público sobre o Projeto “E agora José?”, desenvolvido com agressores no qual ela esteve presente. Também foi sugerido a ONG CASVI na participação deste seminário. Dando sequência aos informes, Laura informa sobre a data de visita ao CRAM que foi reagendado para o dia 17/10 as 9:30hs; a conselheira Pamela sugere alteração para as 9:00 a fim de que possa acompanhar Laura; será feito o contato para possível alteração do horário. A conselheira Aldelize também irá acompanhá-la e o setor será questionado se o serviço está regulamentado e funcionando de acordo com a legislação. Uma outra reunião foi agendada no dia 19/10 às 13:30hs com o Conselho Municipal de Assistência Social a fim de apresentar o Conselho da Mulher e colocar sobre a necessidade da “criação” da Casa Abrigo e que existe uma verba Estadual (Piso Social Paulista) que pode ser destinada para isto com a contrapartida municipal. Esse recurso existe e é utilizada pelos gestores da Santa Bárbara d’Oeste para a manutenção da casa abrigo naquele município; só é necessário que uma entidade com mínimo de dois anos de funcionamento possa assumir a gestão do local; neste dia, Laura será acompanhada pela conselheiras Graziela e Mayra a qual avisará se há necessidade de enviarmos um ofício à secretária Ângela para sua dispensa. Laura relata sobre convite recebido a participar de evento organizado pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar – COMSEA que será realizado no dia 26/10 das 13 às 17 horas; a conselheira Cássia a acompanhará. Em seguida a conselheira Pâmela relata que foi abordada por duas estagiárias do Ministério Público dizendo que a desembargadora esteve tentando contato com o Conselho da Mulher por e-mail e não obteve sucesso; Laura afirma que com certeza o e-mail que ela tem acesso deve ser o antigo e que já passou o e-mail atual do conselho para a Dr<sup>a</sup> Maria Cristina, durante o evento no Ministério Público que foi relatado acima. A seguir a conselheira Aldelize faz uma observação sobre a fala em tribuna da conselheira Pâmela, a qual reforçou que os vereadores são omissos e salientou a responsabilidade da Câmara de Vereadores e do poder público na morte das mulheres do município. Mais uma vez o vereador e presidente, Sr. Matheus Erler, se pronunciou de forma grosseira sobre a emenda apresentada pela vereadora Nancy Thame, atacando-a institucionalmente inclusive; a vereadora Nancy se posicionou e a vereadora Coronel Adriana sugeriu montar uma comissão de vereadores para estudar o assunto Casa Abrigo. Ainda, entre diversas falas, sempre em tom agressivo, o vereador disse que se comprometia a agendar uma reunião com os 23 vereadores para ir falar com o Prefeito Barjas Negri sobre a questão da Mulher no município. Diante disso, foi sugerido que o Conselho da Mulher sempre se posicione sobre a forma que a câmara trata a questão da mulher e que officie o presidente



## **Conselho Municipal da Mulher**

Lei Municipal Nº 7.235, de 14 de Dezembro de 2011

da Câmara sobre o compromisso assumido publicamente de reunir os 23 vereadores para reunião com o prefeito. A seguir a conselheira Aldelize coloca sobre o Ciclo de Debates da Escola do Legislativo em parceria com USP, UNESP, UNICAMP; tem sido bastante positivo. Um dado interessante, mas preocupante levantado refere-se ao déficit habitacional que a cidade tinha em 2011 e desde então houve uma superprodução de imóveis e loteamentos que ultrapassou a quantidade deste déficit, porém, este aumento não atendeu a demanda de quem mais precisa que são as famílias mais vulneráveis, com baixa renda. Outro curso, também em andamento na Escola do Legislativo, foca na área de turismo em parceria com a UNIMEP e os professores são voluntários. Finalizando seus informes Aldelize diz que as inscrições do Curso sobre a Lei Maria da Penha estão abertas e irá passar o link para acesso da página. Laura solicita que os grupos de estudo do Plano de Trabalho e Regimento possa se reunir mais uma vez para finalizar os trabalhos e marcar uma reunião extraordinária para encerrar estas duas questões. A conselheira Pâmela informa ter participado de um simpósio na UNIMEP sobre ADVOCACY e que será realizado um curso sobre o assunto e que teria interesse de participar; trata-se de um curso no qual é necessário um investimento e foi questionada a possibilidade do Conselho arcar com as despesas no valor de R\$ 320,00; será enviado um ofício à secretaria de governo para verificar a possibilidade, embora possivelmente isso não seja viável, devido a diminuição da arrecadação municipal. Independente de conseguir ou não, Pâmela irá fazer o curso. A conselheira Mayra questiona sobre o fechamento do CRAS / CREAS, o que prejudicaria muito a população; toda essa problemática é em função do marco regulatório, o qual o conselho concorda que deve ser estudado para ser melhor compreendido. A drástica diminuição dos recursos da assistência social para os municípios trará infelizmente situações semelhantes uma vez que os municípios não tem como absorver todos estes gastos. A conselheira Liliane representante da Educação relata sobre a abertura das inscrições para creche sobre a qual não tem atingido as verdadeiras interessadas, falta divulgação nos locais de acesso a esta parcela da população, pois reclama que não podem mais fazer como antes quando colavam nos comércios dos bairros e nos ônibus. Não se sabe exatamente de onde veio a informação de não poder colocar nos ônibus, mas a presidente disse que pode ser feito, a partir de autorização que pode ser retirada no Terminal Central de Integração uma vez que trata-se de ação municipal; de qualquer forma as conselheiras se propuseram a ajudar na divulgação. Seguindo a ordem do dia, a Dr<sup>a</sup> Lia Mara representando o coletivo Marias de Luta esteve presente na reunião a fim de apresentar a carta inquérito nº MP147723.001084/2017-5 apresentada ao Ministério Público inquirindo o Poder Público sobre Políticas Públicas voltadas às Mulheres. Entre as diversas informações recebidas soube-se da possibilidade



## **Conselho Municipal da Mulher**

Lei Municipal Nº 7.235, de 14 de Dezembro de 2011

do acesso a material/ cartilha: “Mulher, vire a página”, disponibilizada pelo GEVID no Portal do Ministério Público e também que foi após a instauração do inquérito, que o município passou a contar com a “Patrulha Maria da Penha” sob responsabilidade de Guarda Civil. A conselheira Regina tem disponibilizará para o Conselho uma destas cartilhas citadas para que o possamos ter dados de onde e como pedir uma quantidade grande para ser utilizada e distribuída nos eventos nos quais o Conselho da Mulher participa. A Dr<sup>a</sup> Lia Mara relata que possivelmente a Dr<sup>a</sup> Maria Cristina agendará uma reunião com o Conselho da Mulher para tratar de assuntos pertinentes à carta inquérito, entre outros assuntos importantes; apenas ainda não conseguiu o contato devido estar com o e-mail antigo do conselho; Laura já passou a ela o novo e-mail do Conselho da Mulher. A seguir a presidente Laura informou resumidamente sobre a visita à Casa Abrigo de Santa Bárbara d’Oeste, cujo relatório foi enviado a todas as conselheiras anteriormente e um dado que chama a atenção e deve ser aproveitado é a possibilidade de captação de recursos através da Nota Fiscal Paulista, soubemos também do Projeto Laço Branco que foca o tratamento do agressor na cidade de São Bernardo do Campo; Laura comenta que toda informação passada ainda está dentro da legislação antiga e que agora com o Marco Regulatório haverá muitas mudanças e solicitará à gestora do município que possa nos enviar documento de como ficará o funcionamento da casa a partir disso. Inclusive sugere que o Conselho tenha um momento de estudo sobre o assunto durante uma reunião extraordinária com auxílio de advogadas, Pela ordem do dia seria feita apresentação dos grupos de trabalho, entretanto as alterações ainda não foram finalizadas e os grupos temáticos voltarão a se reunir e então será agendada uma reunião extraordinária para apresentação final. O próximo item refere-se à avaliação da carta aberta lida e apresentada pela presidente Laura em tribuna na Câmara Municipal sobre a situação envolvendo a secretaria de educação e a fala do presidente da Câmara Matheus Erler. Todas presentes concordaram que foi muito bom e que devemos continuar usando este espaço sempre que necessário, tomando os cuidados necessários para que as “portas” não se fechem ao Conselho e quando houver necessidade de uma fala mais dura, contar com o apoio da sociedade civil e outros coletivos femininos. Importante dizer que houve uma retratação pública durante sessão camarária por parte do vereador e que o mesmo foi também à Secretaria e à Escola para falar com a diretora para se desculpar e que o mesmo alegou ter recebido denúncias, por isso de sua fala; o Conselho entende que antes de atacar deve ser realizada uma verificação dos fatos a fim de não causar situações como a que foi relatada. Ainda sobre o assunto, a conselheira Regina relata que a partir deste lamentável episódio, há um supervisor da empresa Works (terceirizada) que está passando em todas escolas para ver como são os banheiros e tem conversando com as funcionárias



## **Conselho Municipal da Mulher**

Lei Municipal Nº 7.235, de 14 de Dezembro de 2011

desta empresa e não com as diretoras das escolas. Ele foi questionado por ela do motivo desta visita e do porque querer saber se o banheiro é de menino e menina; ele alegou que é sobre pagamento de insalubridade às funcionárias já que lavam banheiros públicos.. fato questionado por ela uma vez que os banheiros encontram-se dentro das escolas. O supervisor relata saber do que houve, mas disse que estas visitas nada tem a ver com a situação. A presidente do Conselho deu continuidade à reunião relatando também a visita que realizou à Delegacia da Mulher onde conversou com a delegada, Dr<sup>a</sup> Monaliza; foram fornecidos várias informações quanto ao funcionamento em plantão de 24 horas, dados solicitados pelo conselho foram acessados através do site da Secretaria de Segurança e serão tabulados para apresentação; a delegada informou que a Prefeitura há cerca de 2 meses disponibilizou dois funcionários; uma guarda civil que fica na recepção e uma pessoa que ajuda a fazer as ocorrências. Laura disse à ela que o Conselho está sensível às condições de trabalho das funcionárias da DDM uma vez que queremos que as mulheres tenham um bom atendimento e sejam bem acolhidas e portanto cabe ao Conselho solicitar ao Governo do Estado a solução para esta situação tanto referente à falta de recursos humanos quanto em relação a material de consumo/insumos que também foi uma questão levantada pela Dr<sup>a</sup> Monaliza. Uma outra questão importante foi a criação da Casa Abrigo relatada pela delegada que alegou não ter para onde encaminhar as mulheres que encontram-se em situação de risco de morte; atualmente essas mulheres estão sendo encaminhadas ao “Albergue”. A delegada também comentou sobre a necessidade do tratamento do agressor. Laura encerrou a reunião informando que agendou uma fala do Conselho da Mulher no dia 30 de novembro durante os “16 dias de ativismo” e solicita sugestões de textos no tema “ Gênero, Etnia, Diversidade e Direitos - Diálogos transversais, assim como propostas de ações do Conselho da Mulher e sugestões de palestrantes. Nada mais tendo a relatar, eu, Cássia C. Tonin Del Tio, 2<sup>a</sup> secretaria lavrei esta ata que será lida e aprovada por quem de direito.

**Cássia Cristina Tonin Del Tio**  
2<sup>a</sup> Secretária

**Laura M<sup>a</sup> Pires de Queiroz**  
Presidente